



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ (PMPA) SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD) CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS - CFP/PMPA/2020

EDITAL Nº 01-CFP/PMPA/SEPLAD-, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020.

CFP/PMPA

Data da prova: domingo, 7/3/2021.

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um caderno de questões da prova objetiva contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta; e
 - uma folha de respostas personalizada da prova objetiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A sabedoria começa na reflexão.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de questões, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva e o caderno de provas, bem como retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo coordenador do local de provas.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada e nem pode conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "A"

LÍNGUA PORTUGUESA
Questões de 1 a 10

Texto 1 para responder às questões de 1 a 4.

**Uma visão militar sobre o combate às drogas:
esforço conjunto na preservação de valores**

1 Na atualidade, o tema drogas está presente na
sociedade brasileira e internacional, entranhando-se em
todos os meios. Além disso, é tratado, muitas vezes, com
4 indiferença pelos que não são afetados pelos nefastos danos
produzidos no tecido social. Portanto, a sua abordagem
admite variados aspectos, desde os tratados filosóficos,
7 passando pelos traços culturais e psicossociais de cada
região ou país, para, por fim, refletir no campo militar com
suas consequências.

10 Sendo assim, esse assunto está presente
constantemente na agenda do comandante em todos os
níveis, em particular na rotina do comandante de
13 Organização Militar (OM). Portanto, é importante tratá-lo
de forma objetiva no que diz respeito às suas causas e suas
consequências dentro da vida diária da caserna, nas polícias
16 e nas Forças Armadas de maneira geral e, em particular, no
tocante ao Exército Brasileiro (EB).

Ao final, conclui-se que essa circunstância social
19 pode influenciar, também, nos pilares básicos da instituição
militar, quais sejam, a hierarquia e a disciplina, bens
jurídicos tutelados pelo Estado e fundamentais para a
22 manutenção do ordenamento militar.

Disponível em: <<https://www.mpm.mp.br/portal/wp-content/uploads/2018/06/edicao26.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2020,
com adaptações.

QUESTÃO 1

Com relação à estrutura e à organização do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo o primeiro parágrafo, o tema drogas está presente na sociedade brasileira e internacional, entretanto os demais parágrafos não desenvolvem essa ideia inicialmente apresentada, visto que este não se trata de assunto relevante em meios militares.
- (B) O primeiro parágrafo estrutura-se por meio de linguagem injuntiva, pois pretende convencer o leitor de que drogas produzem danos nefastos no tecido social.
- (C) A seleção vocabular do título e dos três parágrafos compõe organização textual, com introdução, desenvolvimento e conclusão, que apresenta ideias acerca da relação drogas e meio militar.
- (D) O parágrafo de desenvolvimento descreve a agenda do comandante em linguagem objetiva e apresenta a importância de o tema drogas ser tratado de forma objetiva.
- (E) O texto, embora organizado em três parágrafos, apresenta estrutura incompleta, com proposição e conclusão em relação ao tema drogas.

Área livre**QUESTÃO 2**

Em “Portanto, é importante tratá-lo de forma objetiva no que diz respeito às suas causas e suas consequências dentro da vida diária da caserna, nas polícias e nas Forças Armadas de maneira geral e, em particular, no tocante ao Exército Brasileiro (EB).” (linhas de 13 a 17), o pronome “lo” faz referência a

- (A) “esse assunto” (linha 10)
- (B) “tecido social” (linha 5)
- (C) “drogas” (linha 1)
- (D) “campo militar” (linha 8)
- (E) “comandante” (linha 11)

QUESTÃO 3

Em “Além disso, é tratado, muitas vezes, com indiferença pelos que não são afetados pelos nefastos danos produzidos no tecido social.” (linhas de 3 a 5), a palavra sublinhada poderia ser substituída por

- (A) ditosos.
- (B) propícios.
- (C) convenientes.
- (D) auspiciosos.
- (E) desfavoráveis.

QUESTÃO 4

A oração “tratá-lo de forma objetiva” (linhas 13 e 14), relativamente à oração que a antecede, tem valor de

- (A) objeto direto.
- (B) sujeito.
- (C) predicado nominal.
- (D) predicativo do sujeito.
- (E) complemento nominal.

Área livre

Texto 2 para responder às questões de 5 a 8.**Homem é preso com mais de 110 papéletes de entorpecentes**

¹ Em Marituba, região metropolitana de Belém, um
homem foi preso por tráfico de drogas após ter sido
abordado por militares do 21º Batalhão de Polícia Militar
⁴ (21º BPM), na noite de terça-feira, em que havia um festejo.
O homem, que possuía um mandado de prisão em aberto, foi
flagrado armazenando uma expressiva quantidade de
⁷ entorpecentes na residência em que morava.

Os policiais realizavam motopatrulhamento pelo
bairro Canaã, quando avistaram o homem que circulava em
¹⁰ atitude suspeita na travessa Confiança. A equipe então se
aproximou para realizar a abordagem e, durante a revista
pessoal, encontraram com o suspeito uma pequena
¹³ quantidade de drogas. Ao ser questionado, o homem
confessou aos policiais que mantinha mais quantidade de
entorpecentes na residência onde morava. Ao chegarem ao
¹⁶ local indicado, os militares constataram a presença dos
entorpecentes.

Além disso, os militares também realizaram buscas
¹⁹ no sistema Infopen e constataram que já havia um mandado
de prisão em nome do suspeito e, por isso, o homem foi
preso em flagrante e conduzido, junto com o material
²² apreendido, para a seccional de Marituba onde passou pelos
²³ procedimentos cabíveis.

Disponível em: <[https://www.pm.pa.gov.br/component/content/article/80-
blog/news/](https://www.pm.pa.gov.br/component/content/article/80-blog/news/)>. Acesso em: 7 dez. 2020, com adaptações.

QUESTÃO 5

Nas duas ocorrências de “em que”, na linha 4 e na linha 7, a expressão poderia, sem alterar o sentido e nem promover incorreção ao texto, ser substituída, respectivamente, por

- (A) onde e onde.
- (B) a qual e a qual.
- (C) na qual e no qual.
- (D) quando e onde.
- (E) onde e aonde.

QUESTÃO 6

De acordo com o texto, o homem que foi preso na região metropolitana de Belém, na noite de terça-feira, foi

- (A) considerado usuário de drogas pelos policiais, considerando a quantidade expressiva de entorpecentes encontrada na primeira abordagem.
- (B) preso em flagrante por armazenar uma grande quantidade de entorpecentes na residência em que morava.
- (C) flagrado portando mandado de prisão por tráfico de entorpecentes em aberto depois de buscas no Infopen.
- (D) questionado pelos policiais acerca do local onde morava e de seu trabalho e confessou que mantinha alguns entorpecentes na própria casa.
- (E) considerado suspeito de tráfico de drogas porque os policiais constataram a presença de muitos entorpecentes na revista pessoal.

QUESTÃO 7

A forma verbal “avistaram” (linha 9) poderia ser substituída no texto, mantendo-se sua coerência e correção, por

- (A) entreverem.
- (B) entrevieram.
- (C) entrevirão.
- (D) entreviram.
- (E) interveram.

QUESTÃO 8

Em relação à oração posterior a “Ao chegarem ao local indicado, os militares constataram a presença dos entorpecentes.” (linhas 15 a 17), a circunstância expressa é de

- (A) tempo.
- (B) condição.
- (C) explicação.
- (D) causa.
- (E) consequência.

Área livre

Texto 3 para responder às questões 9 e 10.

1 A carreira militar em si é um exercício constante da
prática de virtudes. Diante de inúmeras privações, do
4 operacional adequada e das características próprias do
profissional das armas, há as exigências diurnas na busca
de virtudes, entre as quais estão a abnegação, o
7 desprendimento, a ajuda desinteressada, o altruísmo, a
coragem física e moral, a disciplina, a camaradagem e o
sentimento do dever, que são a base da formação moral do
10 soldado brasileiro. Tudo isso torna-se a expressão máxima
do valor militar, da ética militar, das obrigações militares e
dos deveres militares previstos no Estatuto do Militares,
13 sendo a força motora que impulsiona as Forças Armadas e
as polícias ao cumprimento de sua missão constitucional
expressada no art. 142 da Constituição Federal.

16 Na atualidade, diante de práticas sociais carentes de
indicar limites claros ao indivíduo, cabe às instituições
empreenderem, de forma lúcida e dentro do princípio de que
19 o Estado existe para proteger o cidadão, o esforço conjunto
no sentido de preveni-lo e educá-lo. Uma vez educado,
esclarecido e instruído, poderá usar de seu verdadeiro senso
22 de liberdade, agindo, aí, por conta e risco de seu livre-
arbítrio e admitindo conscientemente as consequências de
seus atos. No Brasil, o serviço militar obrigatório permite,
25 além de garantir o cumprimento da missão constitucional
(principal), promover uma função educadora (subsidiária)
no sentido de auxiliar a sociedade na formação do cidadão.
28 Embora não seja a missão precípua das Forças Armadas, a
contribuição social torna-se importante diante das inúmeras
discrepâncias regionais e da falta da presença do Estado em
31 muitas regiões distantes do País, em especial na faixa de
fronteira. Só a capilaridade da presença militar é capaz de
atingir tal objetivo, além de proporcionar a sensação de
34 segurança e contribuir para o desenvolvimento da
mentalidade de defesa.

Em uma visão pragmática e em sentido amplo, urge
37 que providências consistentes sejam intensificadas a fim de se
proporcionar melhor destino às gerações futuras de jovens,
em que as oportunidades de prevenção e de educação sejam
40 colocadas à disposição de toda a sociedade brasileira.

Disponível em: <<https://www.mpm.mp.br/portal/wp-content/uploads/2018/06/edicao26.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2020, com adaptações.

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa em que o termo sublinhado a seguir exerce a mesma função sintática que a palavra “que” em “a força motora que impulsiona as Forças Armadas e as polícias ao cumprimento de sua missão constitucional expressada no art. 142 da Constituição Federal.” (linhas de 13 a 15).

- (A) “A carreira militar em si é um exercício constante da prática de virtudes” (linhas 1 e 2).
- (B) “há as exigências diurnas na busca de virtudes.” (linhas 5 e 6).
- (C) “Tudo isso torna-se a expressão máxima do valor militar” (linhas 10 e 11).
- (D) “o Estado existe para proteger o cidadão” (linha 19).
- (E) “em que as oportunidades de prevenção e de educação sejam colocadas à disposição de toda a sociedade brasileira.” (linhas 39 e 40).

QUESTÃO 10

Segundo as ideias veiculadas no texto, no que diz respeito ao serviço militar obrigatório, assinale a alternativa correta.

- (A) Práticas sociais carentes de indicar limites claros ao indivíduo levam os jovens brasileiros a optarem por carreiras militares.
- (B) A missão mais importante dos jovens que ingressam nessa instituição é a contribuição social em razão das diferenças que existem em todo o território nacional.
- (C) Ele promove uma função educadora na formação do cidadão, mas, principalmente, garante o cumprimento da missão constitucional.
- (D) A meta principal é educar os jovens brasileiros para que sejam cidadãos, uma vez que o sistema educacional é falho.
- (E) O objetivo dessa instituição é a contribuição social, sobretudo no trabalho de jovens nas fronteiras.

Área livre

ATUALIDADES
Questões de 11 a 18**QUESTÃO 11**

A política de ocupação de terras devolutas ou povoadas por indígenas na região amazônica foi bastante controversa. Conflitos entre posseiros, indígenas e grileiros a serviço de latifundiários causaram muitas mortes e devastação da floresta. Essa dura realidade levou os irmãos Villas Boas e o marechal Rondon a trabalharem junto ao governo federal para o desenvolvimento de um programa de proteção aos povos indígenas. O resultado desse esforço político e coletivo, durante o século 20, foi o (a)

- (A) plano federal de doação e ocupação das terras indígenas para os latifundiários.
- (B) retirada de todos os grileiros da região amazônica.
- (C) retirada dos povos indígenas da região norte do Brasil.
- (D) reforma agrária ampla na região amazônica.
- (E) criação de reservas indígenas.

QUESTÃO 12

A Amazônia possui uma reserva de água subterrânea com volume estimado em mais de 160 trilhões de metros cúbicos, conforme estimou Francisco de Assis Matos de Abreu, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). [...] Denominado, pelo pesquisador e por colaboradores, Sistema Aquífero Grande Amazônia (Saga), o sistema hidrogeológico começou a ser formado a partir do período cretáceo, há cerca de 135 milhões de anos.

Disponível em: <<https://agencia.fapesp.br/amazonia-tem-oceano-subterraneo/19541/>>. Acesso em: 18 dez. 2020, com adaptações.

Com base no exposto, no que se refere ao Saga, assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum município da região amazônica utiliza a água subterrânea para o abastecimento da população.
- (B) O Saga é um sistema hidrogeológico transfronteiriço, uma vez que abrange outros países da América do Sul.
- (C) A reserva subterrânea representa cerca de 40% de toda a água da Amazônia, enquanto que as águas dos rios representam 60% desse total.
- (D) Embora a estimativa do volume de água na reserva subterrânea da Amazônia seja significativa, em torno de 160 trilhões, ainda é bem inferior que a do Aquífero Guarani, depósito de água doce subterrânea que abrange os territórios do Uruguai, da Argentina, do Paraguai e, principalmente, do Brasil.
- (E) A péssima qualidade da água subterrânea no aquífero da região amazônica inviabiliza a sua distribuição junto à população.

Área livre**QUESTÃO 13**

A Lei nº 8.878/2019 dispõe quanto à regularização fundiária de ocupações rurais e não rurais em terras públicas do estado do Pará. No art. 1º, fica o estado do Pará, por meio do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), autorizado a alienar as terras públicas de que é proprietário, nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Pará e desta lei. No parágrafo único do artigo supracitado, tem-se que a destinação das terras públicas rurais e não rurais do estado do Pará será compatibilizada com as políticas agrícola, ambiental, agrária, extrativista florestal, extrativismo de produtos florestais não madeireiros, de desenvolvimento urbano, fundiário e industrial.

Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/sites/default/files/lei_no8.878-2019.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020, com adaptações.

Considerando o texto motivador e de acordo com as ocupações rurais e não rurais em terras públicas do estado do Pará, é correto afirmar que

- (A) agricultor familiar corresponde àquele que pratica atividades no meio rural e (ou) urbano e que não detenha, a qualquer título, área maior que 300 hectares de área útil e ocupação consolidada.
- (B) alienação de terras públicas representa ato de cessão, de domínio útil ou pleno, de terras públicas federais a título exclusivamente gratuito.
- (C) terra regularizável consiste em qualquer área pretendida, já ocupada ou não, e independentemente de se atender a requisitos legais.
- (D) não há impugnação de terceiros em ocupação mansa e pacífica.
- (E) título de legitimação de posse é o título precário de terra, redigido pelo próprio ocupante do imóvel rural, registrado em cartório e equivalente ao documento oficial de propriedade.

QUESTÃO 14

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no estado do Pará, enfrentou a resistência de populações indígenas e de ambientalistas, que condenaram e ainda condenam o empreendimento.

MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane. *História em debate*. 4. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016, com adaptações.

A esse respeito, entre as justificativas apresentadas pelos idealizadores do projeto quanto à importância da obra, é correto citar o (a)

- (A) atendimento às necessidades dos povos indígenas da região.
- (B) venda de energia elétrica para os países vizinhos.
- (C) viabilização de indústrias do estado do Pará.
- (D) produção de energia limpa, sem graves prejuízos à ecologia, aos povos indígenas e aos ribeirinhos.
- (E) grande crescimento demográfico previsto para o País, que demandaria o aumento na produção de energia.

Área livre

QUESTÃO 15

A Lei nº 8.878/2019, no seu art. 15, que trata das disposições comuns aos procedimentos de regularização fundiária dispõe que “após conclusão do procedimento previsto em regulamento, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) deverá emitir o respectivo título, que observará as seguintes cláusulas resolutivas gerais”.

Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/sites/default/files/lei_no8.878-2019.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2020, com adaptações.

Acerca desse assunto, assinale a alternativa que indica uma cláusula resolutive geral.

- (A) Possibilidade de negociação da área rural por parte do beneficiário, assim que lhe for entregue o título, independentemente da forma da alienação.
- (B) Exploração que favoreça os interesses econômicos do proprietário, ainda que descumpra a legislação ambiental vigente.
- (C) Participação do estado do Pará no resultado da exploração econômica minerária.
- (D) Impossibilidade de transmissão por sucessão legítima ou testamentária do título de propriedade.
- (E) Áreas de ocupações consolidadas de comunidades extrativistas poderão ser alvo de alienação, tanto por compra como por doação, ainda que estejam afetadas pelo conflito fundiário coletivo.

QUESTÃO 16

Um estado dentro da água. É assim que muitos consideram o Pará, situado na região norte do País, área mais rica em mananciais de todo o Brasil. Atualmente, mais da metade das cidades paraenses são ligadas por rios, para ser mais preciso, 73 dos 143 municípios utilizam essa extensa rede aquaviária.

Disponível em: <<http://setran.pa.gov.br/site/Conteudo/14>>. Acesso em: 23 dez. 2020, com adaptações.

No que tange à vantagem ou desvantagem do uso do modal hidroviário no estado do Pará, quando comparado com outros modais, assinale a alternativa correta.

- (A) O modal hidroviário apresenta menor taxa de emissão de poluentes CO₂ (kg/1.000 TKU), quando comparado com o modal rodoviário.
- (B) O modal hidroviário apresenta menor vida útil da sua infraestrutura, se comparado com o modal rodoviário.
- (C) O modal hidroviário consome mais combustível (litros/1.000 TKU), quando comparado com o modal rodoviário.
- (D) O custo de infraestrutura é muito maior que os modais ferroviário e rodoviários juntos.
- (E) O impacto ambiental provocado pela sua implantação é maior que aqueles provocados pelo modal ferroviário.

Área livre

QUESTÃO 17

O Estado do Pará está geograficamente situado na fronteira de colonização e expansão agrícola, onde o fogo é usado como ferramenta de limpeza do terreno. A respeito das práticas de queimadas na região amazônica e de suas consequências, assinale a alternativa correta.

- (A) A prática da queimada ainda está presente na vida dos agricultores e dos pecuaristas em toda a região amazônica.
- (B) Os incêndios acidentais produzem grande impacto na floresta.
- (C) Embora o fenômeno El niño produza alguns incêndios na floresta, em situações bem específicas, eles não são os principais.
- (D) Os efeitos ecológicos dos incêndios na floresta atingem escala nacional e global.
- (E) Os principais tipos de incêndio que ocorrem na região amazônica são de desmatamento, que objetivam limpar áreas recém-desflorestadas e prepará-las para as atividades agrícolas e as pecuárias.

QUESTÃO 18

Alter do Chão, no oeste do Pará, é considerado o “caribe amazônico” e tornou-se destino frequente de turistas em busca de suas praias de água doce às margens do rio Tapajós. As belezas naturais que tornaram o local – que é vila do município de Santarém – conhecido, porém, estão ameaçadas pelo aumento de queimadas e do desmatamento na Amazônia, que aceleram o processo de transformação da floresta.

Disponível em: <<http://gazetadesantarem.com.br/alter-do-chao-pode- virar-savana-alerta-estudo/>>. Acesso em: 23 dez. 2020, com adaptações.

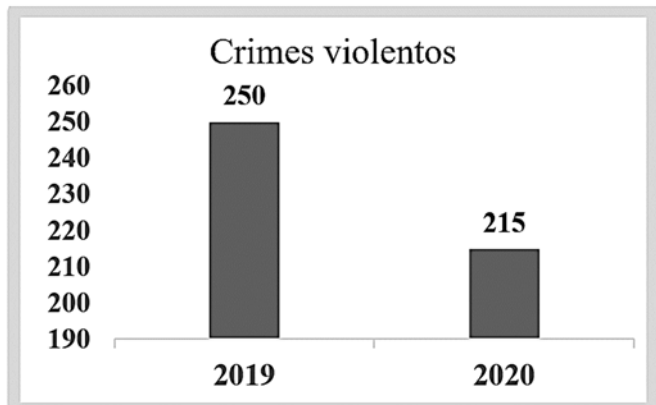
As frequentes queimadas e o desmatamento da floresta amazônica eliminam gradualmente a floresta primária e densa, na qual passa a predominar uma vegetação de pequeno e médio porte. A esse processo de transformação dá-se o nome de

- (A) desertificação.
- (B) savanização.
- (C) reflorestamento.
- (D) meteorização.
- (E) renovação florestal.

Área livre

RACIOCÍNIO LÓGICO
Questões de 19 a 24

QUESTÃO 19



Elaboração própria.

Suponha que esse gráfico represente o número de crimes violentos em determinada cidade do Brasil nos anos de 2019 e 2020. Qual foi a diminuição percentual dos crimes violentos no biênio 2019/2020?

- (A) 10%
- (B) 12%
- (C) 14%
- (D) 15%
- (E) 20%

QUESTÃO 20

Qual das proposições a seguir é a negação da proposição: "Todo policial militar é um exímio atirador."?

- (A) Todo policial militar não é um exímio atirador.
- (B) Nenhum policial militar é um exímio atirador.
- (C) Pelo menos um policial militar é um exímio atirador.
- (D) Nenhum policial militar não é um exímio atirador.
- (E) Algum policial militar não é um exímio atirador.

QUESTÃO 21

No jargão militar, uma escala de 24 x 48 (vinte e quatro por quarenta e oito) significa que o policial cumprirá 24 horas de serviço e terá 48 horas de folga. Com base nisso, considere que, em determinada companhia de polícia militar, há 12 soldados prontos para o serviço. Supondo que, para cada serviço, são necessários 3 soldados, qual é a escala dos soldados nessa companhia?

- (A) 24 x 24
- (B) 24 x 48
- (C) 24 x 72
- (D) 24 x 96
- (E) 24 x 120

Área livre

QUESTÃO 22

Na formatura do dia do soldado, o 1º Pelotão da 6ª Companhia do 3º Batalhão de Polícia Metropolitana fará uma formatura. No Pelotão, há 3 sargentos, 3 cabos e 6 soldados. Na formação do Pelotão, eles formarão 3 colunas e 4 fileiras, com os sargentos na primeira fileira, os cabos na segunda e os soldados nas duas últimas fileiras. Quantas formações distintas podem ser formadas?

- (A) 24.000
- (B) 25.920
- (C) 30.000
- (D) 32.520
- (E) 46.360

QUESTÃO 23

O Sgt. PM J.B. tira serviço de 4 em 4 dias, e o cabo PM B.J. tira serviço de 5 em 5 dias. Se os dois estavam de serviço juntos na mesma guarnição no dia 5 de dezembro, em qual dia do mês de janeiro estarão de serviço juntos novamente?

- (A) 12 de janeiro
- (B) 13 de janeiro
- (C) 14 de janeiro
- (D) 15 de janeiro
- (E) 16 de janeiro

QUESTÃO 24

Considere as seguintes proposições:

- p: J.B. é soldado PM.
- q: B.J. é cabo PM.

Se ambas as proposições, p e q, têm valor lógico verdadeiro, qual das proposições a seguir tem valor lógico verdadeiro?

- (A) Se J.B. não é soldado PM, então B.J. é cabo PM.
- (B) J.B. é soldado PM e B.J. não é cabo PM.
- (C) Se J.B. é soldado PM, então B.J. não é cabo PM.
- (D) J.B. não é soldado PM ou B.J. não é cabo PM.
- (E) J.B. não é soldado PM e B.J. não é cabo PM.

Área livre

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL
Questões de 25 a 28

QUESTÃO 25

Segundo o texto constitucional de 1988, os policiais militares e os corpos de bombeiros militares são militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios. São instituições organizadas com base em

- (A) disciplina e inteligência.
- (B) hierarquia e disciplina.
- (C) hierarquia e inteligência.
- (D) hierarquia e funcionalidade.
- (E) disciplina e funcionalidade.

QUESTÃO 26

Acerca das disposições relacionadas à Administração Pública, contidas na Constituição do Estado do Pará, assinale a alternativa correta.

- (A) Decreto do governador do estado poderá criar autarquia e autorizar a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à Portaria do Poder Executivo, nesse último caso, definir as áreas de atuação.
- (B) A criação de subsidiárias de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública, assim como a participação de qualquer uma delas em empresa privada, dá-se mediante instrumento público perante a Junta Comercial, sem a necessidade de autorização legislativa.
- (C) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou a entidade, cabendo à lei dispor a respeito do prazo de duração do contrato, dos controles e critérios de avaliação de desempenho, dos direitos, das obrigações e da responsabilidade dos dirigentes, excluída dessa deliberação legislativa a remuneração do pessoal.
- (D) A administração pública direta e indireta, de qualquer dos poderes do estado e dos municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, publicidade e participação popular.
- (E) A publicidade dos atos, dos programas, das obras, dos serviços e das campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

Área livre

QUESTÃO 27

Para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza, pode o presidente da República, tendo ouvido os Conselhos da República e o de Defesa Nacional, decretar

- (A) estado de sítio.
- (B) intervenção federal nos estados.
- (C) estado de defesa.
- (D) intervenção federal nos municípios.
- (E) intervenção federal no Distrito Federal.

QUESTÃO 28

Conforme a Constituição do Estado do Pará, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar, os quais são subordinados à (ao)

- (A) Assembleia Legislativa do estado.
- (B) presidente do Tribunal de Justiça do estado.
- (C) presidente do Tribunal de Contas do estado.
- (D) Ministério Público do estado.
- (E) governador de estado.

Área livre

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO
Questões de 29 a 32**QUESTÃO 29**

Agentes políticos são

- (A) membros do Ministério Público, os prefeitos e os magistrados.
- (B) governadores dos estados, os deputados federais e os procuradores dos estados.
- (C) procuradores dos estados, os membros do Ministério Público e os magistrados.
- (D) procuradores federais, os procuradores dos estados e os magistrados.
- (E) magistrados, os membros do Ministério Público e os procuradores federais.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa que apresenta as faculdades implícitas do poder hierárquico.

- (A) Dar ordens, receber ordens e rever atos dos inferiores hierárquicos.
- (B) Fiscalizar, avocar função dada a um superior hierárquico e dar ordens.
- (C) Dar ordens, delegar atribuições dentro da legalidade e rever atos dos inferiores hierárquicos.
- (D) Rever atos dos inferiores hierárquicos, avocar função dada a um superior hierárquico e delegar atribuições dentro da legalidade.
- (E) Delegar atribuições dentro da legalidade e avocar função dada a um superior hierárquico.

QUESTÃO 31

Revogação é a supressão de um ato administrativo

- (A) legítimo e eficaz.
- (B) ilegítimo e ineficaz.
- (C) legal e constitucional.
- (D) ilegal e constitucional.
- (E) legal e inconstitucional.

QUESTÃO 32

O poder da Administração de anular os próprios atos deriva da

- (A) discricionariedade.
- (B) moralidade.
- (C) vinculação.
- (D) autotutela.
- (E) subordinação.

Área livre

NOÇÕES DE DIREITO PENAL
Questões de 33 a 36**QUESTÃO 33**

No que diz respeito ao tempo do crime, é correto afirmar que o Código Penal brasileiro adotou, expressamente, como regra, em sua parte geral, a denominada teoria

- (A) do resultado.
- (B) mista ou da ubiquidade.
- (C) da atividade.
- (D) da retroatividade da lei penal mais gravosa.
- (E) da vedação das leis penais temporárias ou excepcionais.

QUESTÃO 34

No que concerne à lei penal no espaço, é correto afirmar que o Código Penal brasileiro adotou, expressamente, como regra, em sua parte geral, o princípio da

- (A) territorialidade, segundo o qual se aplica a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
- (B) extraterritorialidade incondicionada, segundo o qual ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a administração pública brasileira, por quem esteja a seu serviço ou mesmo em viagem turística.
- (C) extraterritorialidade incondicionada, segundo o qual ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade do presidente da República, mas apenas se o agente entrar no território nacional.
- (D) extraterritorialidade incondicionada, segundo o qual fica sujeito à lei brasileira, embora cometido no estrangeiro, o crime de genocídio, seja o agente brasileiro ou domiciliado no Brasil, desde que não tenha sido absolvido no exterior.
- (E) extraterritorialidade condicionada, segundo o qual ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados por não caracterizarem fato criminoso.

QUESTÃO 35

Segundo o Código Penal brasileiro, se um agente de segurança pública, utilizando-se moderadamente dos meios necessários, repele agressão ou risco de agressão a uma vítima mantida refém no momento da prática de crimes, isso caracteriza uma causa excludente de

- (A) culpabilidade consistente em uma coação moral.
- (B) ilicitude consistente em um estado de necessidade de terceiro.
- (C) culpabilidade consistente em uma situação de inimizabilidade.
- (D) ilicitude consistente em uma legítima defesa de terceiro.
- (E) ilicitude consistente em um exercício regular de direito.

QUESTÃO 36

Com base no tratamento jurídico-penal, com relação à imputabilidade penal, é correto afirmar que o Código Penal brasileiro prevê, expressamente, em sua parte geral a

- (A) inimputabilidade penal em razão da emoção ou da paixão.
- (B) isenção de pena para o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de se determinar de acordo com esse entendimento.
- (C) inimputabilidade penal em razão da embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou por substância de efeitos análogos.
- (D) inimputabilidade penal para os menores de 18 anos de idade, exceto para os crimes hediondos ou equiparados, quando devidamente comprovado, por laudo médico oficial, que o menor tinha plena capacidade e consciência da ilicitude de seus atos.
- (E) redução da pena para aquele que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de se determinar de acordo com esse entendimento.

Área livre

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questões de 37 a 40

QUESTÃO 37

Nos crimes de ação pública, o inquérito policial

- (A) poderá ser arquivado diretamente pela autoridade policial, uma vez verificada a improcedência dos fatos narrados na *notitia criminis*.
- (B) poderá, diante de uma *notitia criminis* de cognição mediata, ser iniciado mediante requisição do Ministério Público, mas nunca de autoridade judiciária.
- (C) não pode ser iniciado, mesmo diante de requerimento formal do ofendido, ou de quem tiver qualidade para representá-lo, ainda que conste a narração do fato, com todas as circunstâncias, a individualização do indiciado e a nomeação das testemunhas que possam confirmar o ocorrido.
- (D) não pode ser iniciado por iniciativa de nenhuma pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal, mesmo quando verificada a procedência das informações.
- (E) poderá ser iniciado de ofício pela autoridade policial com atribuição, diante de uma *notitia criminis* de cognição imediata.

QUESTÃO 38

A respeito das prisões e do *habeas corpus*, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição Federal garante que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- (B) Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) A decisão que decretar a prisão preventiva prescinde de motivação e de fundamentação, bem como de referência à existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.
- (D) Não será admitida a decretação da prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- (E) A decretação da prisão preventiva é admitida pela legislação processual penal com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação criminal ou de apresentação ou recebimento de denúncia.

Área livre

QUESTÃO 39

Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á

- (A) pelo domicílio ou pela residência do réu.
- (B) perante a comarca na qual se produziu a maior repercussão pública ou social.
- (C) pelo domicílio ou pela residência do ofendido.
- (D) pela prevenção.
- (E) segundo o livre critério da autoridade policial.

QUESTÃO 40

A autoridade policial poderá representar pela prisão temporária quando imprescindível para as investigações do inquérito policial e desde que haja fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes:

- (A) envenenar água potável, de uso comum ou particular, ou substância alimentícia ou medicinal destinada a consumo, com resultado de morte (arts. 270 e 285, ambos do Código Penal).
- (B) causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem (art. 250 do Código Penal).
- (C) subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência (art. 157 do Código Penal).
- (D) agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo (art. 149-A do Código Penal).
- (E) explorar ou realizar a loteria denominada jogo do bicho ou praticar qualquer ato relativo à sua realização ou exploração (art. 58 do Decreto-lei nº 3.688/1941).

Área livre

NOÇÕES DE DIREITO PENAL MILITAR

Questões de 41 a 44

QUESTÃO 41

Em relação ao crime militar, o Código Penal Militar

- (A) define crime doloso como sendo aquele cometido pelo agente que deixa de empregar a cautela, a atenção ou a diligência ordinária, ou especial, a que estava obrigado em face das circunstâncias, não prevê o resultado que podia prever ou, prevenido-o, supõe levemente que poderia evitá-lo.
- (B) trata da excepcionalidade do crime culposo, definindo que, salvo os casos expressos em lei, o agente somente será punido por fato previsto como crime caso o pratique dolosamente.
- (C) não prevê punição para os crimes tentados.
- (D) expressamente prevê, para a hipótese do crime impossível, a aplicação da pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços.
- (E) afirma que não haverá crime quando o agente que pratica o fato quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

QUESTÃO 42

De acordo com o Código Penal Militar, art. 149, inciso I, “reunirem-se militares agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la” é uma das condutas que caracterizam o crime militar de

- (A) violência contra superior.
- (B) desrespeito a superior.
- (C) resistência mediante ameaça ou violência.
- (D) recusa de obediência.
- (E) motim.

QUESTÃO 43

Em relação aos crimes contra a Administração Militar, o Código Penal Militar prevê o crime militar de prevaricação, o qual se caracteriza quando o agente pratica a conduta de

- (A) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (B) deixar o médico militar, no exercício da função, de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória.
- (C) deixar de responsabilizar o subordinado que comete infração no exercício do cargo ou, quando lhe faltar competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- (D) desobedecer a ordem legal de autoridade militar.
- (E) desacatar militar no exercício de função de natureza militar ou em razão dela.

QUESTÃO 44

Uma das penas principais previstas pelo Código Penal Militar é a

- (A) multa, em valor superior a um salário mínimo.
- (B) morte, executada por enforcamento.
- (C) suspensão dos direitos políticos.
- (D) reclusão.
- (E) exclusão das Forças Armadas.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR
Questões de 45 a 48

QUESTÃO 45 _____

A respeito do inquérito policial militar (IPM), assinale a alternativa correta.

- (A) O IPM consiste em apuração sumária de fato, o qual, legalmente, represente crime militar e de sua autoria.
- (B) O IPM é um procedimento investigatório sigiloso, ao qual não pode ter acesso o indiciado, que sequer pode constituir advogado ou defensor.
- (C) O IPM tem o caráter de instrução definitiva.
- (D) Quando de uma sindicância feita no âmbito da Administração Militar resulte em indício de existência de infração penal militar, não será mais possível a instauração do IPM, sendo cabível apenas a medida disciplinar.
- (E) É vedado ao encarregado do IPM solicitar do procurador-geral a indicação de procurador que lhe dê assistência.

QUESTÃO 46 _____

Tendo em vista as disposições constantes do Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) A menagem somente poderá ser concedida nas hipóteses de ocorrência de crime militar de deserção.
- (B) A menagem somente poderá ser concedida nas hipóteses de ocorrência de crime militar de abandono de posto.
- (C) A menagem somente poderá ser concedida nas hipóteses de ocorrência de crime militar de insubmissão.
- (D) Não se concede menagem a réu ou a indiciado civil.
- (E) A menagem poderá ser concedida pelo juiz nos crimes cujo máximo da pena privativa da liberdade não exceda a quatro anos, tendo-se, porém, em atenção à natureza do crime e os antecedentes do acusado.

QUESTÃO 47 _____

No que se refere à competência da Justiça Militar Estadual, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete aos juízes de direito do juízo militar da Justiça Militar Estadual processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos por civis.
- (B) Compete ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar as ações judiciais contra atos disciplinares militares.
- (C) Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os militares dos estados, nos crimes militares definidos em lei.
- (D) Compete ao Conselho de Justiça, sob a presidência do militar de maior posto, decidir a respeito da perda do posto e da patente dos oficiais.
- (E) Compete aos juízes de direito do juízo militar da Justiça Militar Estadual decidir a respeito da perda da graduação das praças.

QUESTÃO 48 _____

Com base nos procedimentos de busca, tendo em conta as disposições contidas no Código de Processo Penal Militar referente às medidas preventivas e assecuratórias, assinale a alternativa correta.

- (A) A busca domiciliar não poderá ser realizada à noite, ainda que haja consentimento expresso do morador.
- (B) Não se compreende, no termo casa, aposento ocupado de habitação coletiva.
- (C) O termo casa compreende taverna, boate, casa de jogo e outras do mesmo gênero.
- (D) Proceder-se-á à busca domiciliar quando fundadas razões a autorizem para prender criminosos.
- (E) A revista pessoal necessita de mandado quando feita no ato de captura de pessoa que deve ser presa.

Área livre

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL
Questões de 49 a 52

QUESTÃO 49

Ao flagrar um indivíduo cometendo um crime, o policial militar tem o dever de efetuar a prisão em flagrante. Segundo a Lei nº 11.343/2006, para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é

- (A) necessária a elaboração de um laudo pericial firmado apenas por perito oficial.
- (B) necessária a elaboração de um laudo pericial firmado pelo menos por dois policiais militares.
- (C) suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial.
- (D) suficiente o indiciamento promovido pelo delegado de polícia.
- (E) necessário o laudo de constatação da natureza e da quantidade da droga, firmado por duas pessoas idôneas ou por dois peritos.

QUESTÃO 50

Segundo a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), constitui crime adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente. Entretanto, de acordo com a referida lei, a posse ou o armazenamento dessas fotografias, de vídeos ou outras formas de registro não constituirá crime quando esses materiais

- (A) forem destinados apenas para utilização pessoal.
- (B) tiverem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência de determinadas condutas criminosas, quando a comunicação for feita por agente público no exercício de suas funções.
- (C) forem armazenados, por qualquer cidadão, para denunciar outras condutas criminosas.
- (D) não forem armazenados para fins libidinosos.
- (E) não forem armazenados para fins comerciais.

QUESTÃO 51

Considere hipoteticamente que dois policiais militares prenderam em flagrante um criminoso pela prática de fato definido como crime. Durante o transporte até a delegacia, o policial R. N. submeteu o preso, mediante violência, a intenso sofrimento físico com o fim de castigar o indivíduo por sua conduta. O segundo policial F. S. não participou dessas ações, mas, mesmo presenciando tudo, não fez nada para evitá-las, deixando que o companheiro de farda prosseguisse com as condutas violentas.

Com base no exposto e na Lei nº 9.455/1997, assinale a alternativa correta.

- (A) O policial R. N., o agressor, não cometeu nenhum crime, pois apenas tinha como fim castigar o preso pelo respectivo crime.
- (B) O policial F. S. não cometeu nenhum crime, pois não se envolveu nas ações do seu colega de farda.

- (C) O policial R. N., o agressor, pode ser condenado pelo crime de tortura, mas terá a sua pena diminuída por ser policial militar.
- (D) A condenação de qualquer um dos referidos policiais pelo crime de tortura não poderá, em nenhuma hipótese, ocasionar a perda dos respectivos cargos.
- (E) O policial F. S. pode ser condenado criminalmente por ter se omitido em face das condutas do seu colega de farda.

QUESTÃO 52

A Lei nº 7.716/1989 dispõe acerca dos crimes resultantes de preconceito, criminalizando uma série de condutas. Com base nisso, suponha que um professor da rede pública estadual impeça um aluno, em razão da sua etnia, de ingressar em estabelecimento de ensino público. Considerando essa situação e conforme o disposto na referida lei, assinale a alternativa correta.

- (A) Nesse caso, o professor poderá ser condenado por crime disposto na lei supracitada e, como efeito dessa condenação, poderá perder seu cargo por decisão motivada na sentença.
- (B) No caso mencionado não se observa a ocorrência de nenhum crime, na medida em que as instituições de ensino são absolutamente livres para impedir o ingresso de determinados alunos em seus espaços, independentemente dos motivos.
- (C) Nesse caso, o professor poderá ser condenado por crime disposto na referida lei e, como efeito dessa condenação, perderá automaticamente seu cargo.
- (D) No caso descrito, o professor poderá ser condenado por crime disposto na referenciada lei, mas terá sua pena reduzida por ter cometido o crime no exercício da função.
- (E) Nesse caso, o professor poderá ser condenado por crime disposto na citada lei, mas jamais poderá perder o respectivo cargo em virtude dos efeitos da condenação desse crime.

Área livre

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS
Questões de 53 a 56

QUESTÃO 53

De acordo com o que dispõe a Portaria Interministerial nº 4.226/2010, quanto ao uso de armas de fogo e uso da força, assinale a alternativa correta.

- (A) É obrigatório que os agentes de segurança pública realizem três “disparos de advertência” contra pessoas, animais e coisas.
- (B) É legítimo o uso de armas de fogo contra pessoa em fuga que esteja desarmada, como forma de imobilização e captura.
- (C) É legítimo o uso de armas de fogo sempre que o veículo desrespeitar bloqueio policial, como forma de assegurar a segurança e a ordem pública.
- (D) É vedado ao agente de segurança pública que se envolver em situações de uso da força o porte e uso de instrumentos de menor potencial ofensivo.
- (E) É vedado, como prática rotineira e indiscriminada, o ato de apontar arma de fogo contra pessoas durante os procedimentos de abordagem.

QUESTÃO 54

No que tange aos direitos civis e políticos reconhecidos pelo Pacto de São José da Costa Rica, um dos principais tratados internacionais aos quais o Brasil aderiu ao longo da história, assinale a alternativa correta.

- (A) É obrigatória a expulsão coletiva de todos os estrangeiros residentes no País em virtude de situação de calamidade pública.
- (B) É reconhecido o direito de reunião de grupos paramilitares portando armas e munição.
- (C) É obrigatória a realização de novo processo pelos mesmos fatos contra um indivíduo absolvido por sentença transitada em julgado.
- (D) É direito de toda pessoa sair livremente de qualquer país, inclusive do próprio país.
- (E) É válida a confissão do acusado obtida sob tortura e maus-tratos.

QUESTÃO 55

Em relação às disposições que regem o direito à integridade previsto no Pacto de São José da Costa Rica, assinale a alternativa correta.

- (A) Os menores de idade devem ser mantidos em cativeiro.
- (B) O tráfico de mulheres é proibido em todas as suas formas.
- (C) A escravidão somente será admitida nos casos de dívida civil.
- (D) As pessoas processadas devem ser mantidas na mesma cela em que se encontram os condenados.
- (E) O trabalho forçado, nos países em que é prescrito, deve ser imposto e aplicado pelo agente de segurança pública.

QUESTÃO 56

No que se refere às disposições acerca dos direitos previstos na Declaração dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- (A) A liberdade de reunião e de associação pacífica constitui direito de toda pessoa.
- (B) O trabalho constitui dever da pessoa para com o Estado, sendo proibida sua remuneração.
- (C) A educação gratuita constitui direito restrito a determinados grupos sociais e econômicos.
- (D) O casamento pode ser celebrado apenas com o livre e pleno consentimento de um dos futuros esposos, caso o outro não concorde.
- (E) A prisão arbitrária é vedada, salvo se a ordem for dada pelo chefe do Legislativo do país onde se deu o encarceramento.

Área livre

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL
Questões de 57 a 60

QUESTÃO 57

De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado do Pará, regido pela Lei Estadual nº 5.251/1985, assinale a alternativa que corresponda ao policial militar na situação de inatividade.

- (A) Os alunos de órgão de formação de policiais militares da ativa.
- (B) Os incluídos na polícia militar, voluntariamente, durante os prazos que se obrigam a servir.
- (C) Os componentes da reserva remunerada da polícia militar, quando convocados para o serviço ativo.
- (D) Os policiais militares de carreira.
- (E) Os reformados, quando estiverem dispensados definitivamente da prestação de serviço na ativa, continuando, entretanto, a perceber remuneração do estado.

QUESTÃO 58

Considerando a Lei Complementar Estadual nº 053/2006, que dispõe a respeito da organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará (PMPA), assinale a alternativa correta.

- (A) Apesar da PMPA ser força auxiliar e reserva do Exército, caracteriza-se por ser uma instituição temporária.
- (B) A PMPA é competente para planejar, organizar, dirigir, supervisionar, coordenar, controlar e executar as ações de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública.
- (C) A PMPA compõe a administração indireta.
- (D) A PMPA deve observar os princípios da pessoalidade, da eficiência, da imoralidade e da disciplina.
- (E) O Estado-Maior Geral é um órgão de apoio da PMPA.

QUESTÃO 59

Com base na Lei Estadual nº 5.251/1985, assinale a alternativa correta.

- (A) A carreira de policial militar é privativa do pessoal em atividade ou na inatividade.
- (B) Posto é o grau hierárquico da praça.
- (C) Graduação é o grau hierárquico do oficial.
- (D) Círculos hierárquicos têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem e são âmbitos de convivência entre os policiais militares da mesma categoria.
- (E) Os alunos da escola de formação de policial militar não podem ser considerados praças especiais.

Área livre

QUESTÃO 60

Segundo o Decreto Federal nº 88.777/1983, que aprova o regulamento para polícias militares e corpos de bombeiros militares, a situação em que se encontra o policial militar a serviço de órgão ou autoridade a que não esteja diretamente subordinado é denominada

- (A) aprestamento.
- (B) assessoramento.
- (C) à disposição.
- (D) adestramento.
- (E) agregação.

Área livre